



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2015.0000966286**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1000947-19.2014.8.26.0302, da Comarca de Jaú, em que é apelante DANIELA FERNANDA VIOTTO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados JOSE AUGUSTO PEREIRA FILHO e MARIA LUCIVANIA DA SILVA PEREIRA.

**ACORDAM**, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente) e ANTONIO NASCIMENTO.

São Paulo, 17 de dezembro de 2015.

**Vianna Cotrim**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 1000947-19.2014.8.26.0302**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

**APELANTE: DANIELA FERNANDA VIOTTO**  
**APELADOS: JOSE AUGUSTO PEREIRA FILHO E MARIA LUCIVANIA**  
**DA SILVA PEREIRA**  
**COMARCA: JAÚ**

**EMENTA:** Acidente de trânsito - Ação indenizatória - Prescrição trienal reconhecida com acerto - Responsabilidade civil independente da criminal - Inaplicabilidade do disposto no artigo 200 do Código Civil - Apelo improvido.

**VOTO Nº 33.733 (Processo digital)**

Ação indenizatória, derivada de acidente de trânsito, julgada extinta com resolução de mérito, com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, pela sentença de fls. 376/378, relatório adotado, embargos de declaração rejeitados.

Apelou a autora, buscando a anulação da decisão. Brandiu contra o reconhecimento da prescrição, afirmando que o prazo trienal ficou suspenso até 7 de fevereiro de 2014, quando a ação penal em curso contra o requerido transitou em julgado. Disse que os fatos narrados neste feito aguardavam apuração na seara criminal, sendo de rigor a aplicação do disposto no artigo 200 do Código Civil.

Recebido e processado o recurso, com contrarrazões, subiram os autos.

**É o relatório.**

No caso em tela, a autora objetiva



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 1000947-19.2014.8.26.0302**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

indenização pelos danos decorrentes do acidente de trânsito que vitimou o seu pai.

Aplica-se à hipótese “sub judice” o disposto no artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, conforme o qual, *“prescreve em três anos a pretensão de reparação civil”*.

Fixado o prazo prescricional, é de se questionar se foi ele ultrapassado ou não, sendo necessário, para tanto, estipular-se o termo inicial de contagem.

Infere-se dos elementos dos autos que a apelante era menor de idade à época do sinistro que ocasionou o óbito do seu genitor, de modo que a fluência do triênio legal ficou suspensa desde então até a data da sua maioridade relativa, nos moldes do artigo 198, inciso I, do Código Civil.

Assim, considerando que o prazo voltou a correr em 18 de fevereiro de 2009, quando a autora completou dezesseis anos, a ação aforada em 17 de fevereiro de 2014 mostrou-se extemporânea, sendo forçoso o reconhecimento da prescrição.

Malgrado o inconformismo da recorrente, é inaplicável, “in casu”, o teor do artigo 200 do Código Civil, que preceitua, *verbis*:

*“Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.”*

Na verdade, a culpa pelo advento de acidente de trânsito não é fato que precise necessariamente ser



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**APELAÇÃO**  
**Nº 1000947-19.2014.8.26.0302**  
**SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – 26ª CÂMARA**

apurado no juízo criminal.

Vale ressaltar que a responsabilidade civil é independente da penal, daí porque eventuais conclusões havidas na seara criminal, salvo as exceções previstas no artigo 935 do Código Civil, não influem na esfera cível.

Finalmente, observo que o réu sequer foi condenado criminalmente, tendo sido reconhecida a prescrição da pretensão punitiva. (fls. 322/324)

Portanto, fica mantida a sentença, tal como lançada.

Ante o exposto e por esses fundamentos, nego provimento ao recurso.

**VIANNA COTRIM**  
**RELATOR**